

A AUTOFAGIA DA ESQUERDA

A história política mundial é marcada por diversas nuances e complexidades, especialmente quando se trata da relação entre governos de esquerda e seus aliados. A tendência de governos esquerdistas de arrumar brigas com eventuais aliados, muitas vezes comprometendo alianças fundamentais, não é um fenômeno recente. Esse comportamento pode ser observado desde os primórdios dos movimentos de esquerda, seja em contextos revolucionários ou em democracias consolidadas.

A Revolução Russa de 1917 é um exemplo clássico dessa tendência. Após a vitória dos bolcheviques, liderados por Lenin, a promessa inicial de um governo socialista unificado foi rapidamente substituída por um regime autoritário que perseguiu e eliminou muitos dos seus antigos aliados. Os mencheviques, socialistas-revolucionários e anarquistas, que inicialmente apoiaram a revolução, foram sistematicamente eliminados da cena política. Essa purga não apenas enfraqueceu a base popular do novo regime, mas também criou uma cultura de desconfiança mútua que persistiria ao longo da história soviética.

Outro exemplo significativo é o da Revolução Cubana. Fidel Castro, após tomar o poder em 1959, enfrentou uma série de conflitos com seus antigos aliados. O caso mais notório é o de Huber Matos, um dos líderes revolucionários, que discordou do crescente alinhamento de Cuba com a União Soviética e da direção comunista do governo. Matos foi preso e condenado a 20 anos de prisão, um claro exemplo de como divergências internas podem se transformar em rupturas irreparáveis.

No contexto da América Latina, essa tendência também se manifesta de maneira emblemática. O governo de Salvador Allende no Chile, por exemplo, enfrentou desafios significativos para manter suas alianças políticas. As tensões entre o Partido Socialista e o Partido Comunista do Chile, ambos pilares do governo de Allende, tornaram-se evidentes à medida que divergências sobre a estratégia política e econômica do governo vieram à tona. Essas divisões internas contribuíram para o isolamento político de Allende, facilitando o golpe militar de 1973.

Essa propensão à fragmentação interna em governos de esquerda pode ser explicada por diversos fatores. Um deles é a própria diversidade ideológica dentro do espectro da esquerda, que abrange desde moderados reformistas até radicais revolucionários. Essa diversidade, embora inicialmente possa parecer uma vantagem, muitas vezes leva a conflitos sobre a melhor forma de alcançar objetivos comuns. Além disso, a pressão externa, seja de grupos conservadores, da elite

econômica ou de potências estrangeiras, frequentemente exacerba essas divisões internas.

Outro fator importante é a tendência de alguns líderes de esquerda de centralizar o poder e suprimir dissidências. Essa postura, que pode ser vista como uma tentativa de manter a unidade e a coesão interna, frequentemente resulta em um efeito contrário, levando à alienação de aliados e ao enfraquecimento da base de apoio do governo.

Em democracias contemporâneas, como a do Brasil, essa dinâmica continua a se manifestar. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, enfrentou críticas de seus aliados à esquerda, como o PSOL, que acusaram o PT de abandonar a agenda progressista em favor de um pragmatismo político que incluía alianças com partidos de centro-direita. Esse tipo de crítica, embora muitas vezes legítima, pode resultar em rupturas dentro da própria esquerda, dificultando a construção de uma frente ampla necessária para enfrentar desafios políticos e econômicos.

É importante, no entanto, reconhecer que essa tendência não é exclusiva da esquerda. Governos de direita também enfrentam desafios internos e conflitos com aliados. No entanto, a esquerda, devido à sua diversidade ideológica e à pressão constante por mudanças estruturais, parece estar particularmente vulnerável a essas divisões.

Concluindo, a tendência de governos esquerdistas de arrumar brigas com eventuais aliados é um fenômeno histórico e persistente. Para mitigar os efeitos negativos dessa dinâmica, é essencial que esses governos desenvolvam uma cultura política que valorize o diálogo interno, a construção de consensos e a tolerância à diversidade de opiniões. Somente assim será possível construir alianças duradouras e eficazes, capazes de enfrentar os desafios que surgem tanto de dentro quanto de fora.